



**MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL
DE AUTORIDADES AEROPORTUÁRIAS (CONAERO)
2020**

Data: 17 de setembro de 2020

Horário: 15:00h

Local: Videoconferência – Plataforma Teams.

Membros participantes:

Ministério da Infraestrutura

Marcelo Sampaio Cunha Filho – Secretário Executivo do Ministério da Infraestrutura e Presidente da Conaero

Ronei Saggiore Glanzmann – Secretário Nacional de Aviação Civil e Secretário Executivo da Conaero

Fabiana Todesco – Diretora do Departamento de Planejamento e Gestão (DPG) da Secretaria Nacional de Aviação Civil

Paulo Henrique Possas – Coordenador-Geral de Facilitação e Desempenho Operacional do DPG.

Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC

Juliano Alcântara Noman - Titular

Rafael Botelho Faria – Suplente

Casa Civil da Presidência da República

Rafael Vitale – Substituto Eventual

Ministério da Justiça - PF

André Zaca Furquim – Titular

Fernando Berbert – Suplente

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA

Fábio Florêncio Fernandes – Suplente

Jorge Caetano – Substituto Eventual

Ministério da Defesa - DECEA

Ten. Brig. do Ar Heraldo Luiz Rodrigues – Titular

Brig. do Ar Fernando César da Costa e Silva Braga – Substituto Eventual

Ministério da Saúde - ANVISA

Norberto Polla de Campos – Suplente

Ministério da Economia - RFB

Fausto Vieira Coutinho – Suplente

Dario da Silva Brayner Filho - Substituto Eventual

Convidados:

Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero

Paulo Eduardo Cavalcante

Associação Nacional das Empresas Administradoras de Aeroportos - ANEAA

Dyogo Henrique de Oliveira

Douglas Almeida

Mariana Menezes

Associação Brasileira de Aviação Geral - ABAG

Flávio Pires

Associação Brasileira das Empresas Aéreas - ABEAR

Ruy Amparo

Engº Rogério Benevides

Associação Internacional de Transporte Aéreo - IATA

Dany Oliveira

Paulo Ferreira Costa

Junta dos Representantes das Companhias Aéreas Internacionais do Brasil - JURCAIB

Robson Bertolossi

Associação Brasileira das Empresas de Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo - ABESATA

Ricardo Aparecido Miguel

Fraport – Concessionária do Aeroporto de Porto Alegre e Fortaleza

Andrea Paal

Leonardo Gonçalves Carnielle

Floripa Airport – Concessionária do Aeroporto de Florianópolis

Simon Locher

Aena Brasil – Concessionária Bloco Aeroportos Nordeste

Fernando Santiago Yus

Vinci Airports - Concessionária do Aeroporto de Salvador

Júlio Ribas

Thierry Besse

Socicam – Concessionário do Aeroporto de Cuiabá

Marcelo Bisordi

ANUT – Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Cargas

Luiz Henrique Teixeira Baldez

PAUTA PREVISTA

1. ABERTURA

Secretário Executivo do Ministério da Infraestrutura e Presidente da Conaero, Marcelo Sampaio Cunha Filho.

2. DELIBERAÇÃO

- 2.1. Resolução que aprova o Regimento Interno da Conaero;
- 2.2. Resolução que aprova o Plano Nacional de Contingência.

3. APRESENTAÇÕES

- 3.1. Status das discussões sobre protocolos sanitários no Comitê Técnico de Facilitação e Grupo 01 da ANAC;
- 3.2. Apresentação e diretriz sobre criação da Comissão Local de Segurança Sanitária (CLSS) em aeroportos;
- 3.3. Apresentação sobre os impactos do Covid-19 no Setor Aéreo;
- 3.4. Apresentação da Pesquisa de opinião dos Passageiros sobre Covid-19;
- 3.5. Implementação de procedimentos sanitários nos voos internacionais com destino ao Brasil - VIGIAGRO; e

3.6. Status do processo de regularização da lista de Aeroportos Internacionais;

3.7. Apresentação do Projeto Embarque Seguro

4. EXTRAPAUTA

4.1. Oferta de cursos ICAO aos Órgãos Públicos.

5. ENCERRAMENTO

1. ABERTURA

O Secretário Executivo do Ministério da Infraestrutura e Presidente da Conaero, Marcelo Sampaio, iniciou a reunião enfatizando a importância da Conaero, nesse momento de pandemia, agradeceu a presença de todos na 31ª reunião dessa comissão e passou a palavra ao Secretário Nacional de Aviação Civil e Secretário Executivo da Conaero, Ronei Glanzmann, para dar seguimento à reunião. O secretário Ronei, apresentou brevemente a pauta da reunião e iniciou a discussão do primeiro item da pauta.

2. DELIBERAÇÃO

2.1. Regimento Interno da Conaero

O Secretário Ronei explicou o trabalho que vem sendo desenvolvido de busca de uniformização entre as comissões e conselhos nacionais do Ministério da Infraestrutura no que diz respeito aos seus comandos mais gerais, guardadas as devidas peculiaridades entre os fóruns, o que ensejou mudanças também nos regimentos internos dessas comissões. Nesse sentido, o Secretário Ronei passou a palavra à Diretora do Departamento de Planejamento e Gestão (DPG) da SAC, Fabiana Todesco, para que realizasse a apresentação referente às alterações no Regimento Interno da Conaero. A Diretora Fabiana fez um breve histórico das discussões e passou a palavra ao representante da Receita Federal, Fausto Coutinho, para que explicasse a proposta de alteração do artigo 18, que retira o trecho *“sobre assuntos de suas respectivas competências”*. O senhor Fausto explicou que o trecho em questão traz ambiguidade ao comando do artigo por fazer alusão às competências específicas dos órgãos. Com a alteração, o artigo fica mais simples e direto e passa a ter a seguinte redação:

“Art. 18. A Conaero deliberará por consenso dos membros.”

A Diretora Fabiana explicou que os demais itens não sofreram alterações. Dessa forma, o Secretário Ronei abriu a palavra a todos para algum comentário adicional. Não havendo comentários, foi aberto o regime de votação para aprovação por consenso do Regimento Interno da Conaero que foi aprovado por consenso dos membros.

2.2. Plano Nacional de Contingência (PNC)

O Secretário Ronei informou que a aprovação do Plano Nacional de Contingência atende a um dos requisitos recomendados pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) para os Estados membros, e tem como principal objetivo estabelecer um plano de ação

e comunicação a nível estratégico e nacional em casos de atos de interferência ilícita na aviação civil. A Diretora Fabiana apresentou o histórico das discussões para elaboração do PNC no Comitê Técnico de Segurança da Conaero, destacou a importância desse plano como integrador das demais estratégias de ação existentes nos diversos órgãos relacionados à aviação civil. Em seguida, cedeu a palavra ao representante da ANAC, Rafael Botelho, que reforçou o ponto ressaltado pela diretora e adicionou o ganho de eficiência em ações e responsabilidades pré-estabelecidas pelo Plano Nacional de Contingência.

Houve ainda três ponderações sobre o texto da Resolução. Uma por parte do representante da Casa Civil, Rafael Vitale, sobre a referência a um processo SEI na redação do Art. 1º da Resolução. Colocou que o processo não é de fácil acesso àqueles que estão fora do Ministério da Infraestrutura e, portanto, sugeriu que o plano estivesse anexo à resolução. A Diretora Fabiana e o Secretário Ronei explicaram que, devido ao caráter de segurança e o conteúdo sensível, esse é um documento com restrição de divulgação e, portanto, será distribuído apenas aos órgãos e entidades da Conaero, não sendo possível constar como anexo à resolução, uma vez que ela será publicada em diário oficial. A segunda ponderação foi feita pelo representante do DECEA, Ten. Brig. do Ar Heraldo Luiz, em relação ao item 5.8 do PNC, que coloca, como responsabilidade do CGNA, o acionamento da empresa aérea e do operador aeroportuário no caso de “Apoderamento ilícito de aeronave em voo”. O Ten. Brig. do Ar Heraldo Luiz fez a ressalva de que nem todas as empresas aéreas e operadores aeroportuários têm representantes no CGNA, e, portanto, só será possível o acionamento daqueles que possuem algum representante no referido centro. Uma terceira observação foi apontada no item 5.12, que traz a responsabilidade do CGNA em contatar a ANAC no fluxo de acionamento nacional, em caso de atos de interferência ilícita, ao passo que a agência deve ser acionada pelo Gabinete do Comando da Aeronáutica (GABAER), no diagrama do item 5.8. Portanto, é necessário ajustar o texto para manter a coerência da informação.

Com as devidas ressalvas colocadas anteriormente, o Secretário Ronei, abriu o regime de votação para aprovação da Resolução. Por não haver novas manifestações, ficou aprovada a resolução por consenso dos membros.

3. APRESENTAÇÕES

3.1. Status das discussões sobre protocolos sanitários no Comitê Técnico de Facilitação e Grupo 01 da ANAC

O Coordenador-Geral de Facilitação e Desempenho Operacional da SAC, Paulo Henrique, apresentou uma cronologia dos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos pelo Comitê

Técnico de Facilitação (CTFAL), em conjunto com a ANAC, no sentido de discutir a aplicação dos protocolos vigentes da Anvisa com aeroportos, empresas de serviços auxiliares e empresas aéreas, para apresentação, discussão e proposição de medidas que tenham o objetivo de mitigar os problemas sanitários observados no setor de aviação civil, além do acompanhamento das implementações dessas medidas. Vale destacar que, em meio a essas discussões, foi desenvolvido um plano de ação básico composto de 33 ações para atacar especificamente a questão das aglomerações, tanto nos aeroportos, quanto nas aeronaves, além da propositura de criação de comissões locais para discussão de planos de ação adaptados à realidade de cada aeroporto.

Houve ainda manifestações da ANAC e Anvisa que destacaram o engajamento do setor de aviação civil na busca do cumprimento das recomendações sanitárias, na construção do plano de comunicação com o passageiro, visando demonstrar as ações tomadas naquele sentido, na percepção dos avanços conquistados por meio dessas reuniões setoriais e a necessidade de mais melhorias e mudanças de forma a permitir que a aviação civil atinja níveis de segurança sanitária apropriados ao momento.

3.2. Apresentação e diretriz sobre criação da Comissão Local de Segurança Sanitária (CLSS) em aeroportos;

Dando seguimento, e ainda relacionado ao item anterior, o Secretário Ronei passou a palavra à Diretora Fabiana que fez uma breve contextualização sobre o programa CAPSCA (*Collaborative Arrangement for the Prevention and Management of Public Health Events in Civil Aviation*), programa estabelecido pela ICAO em 2006, que combina esforços internacionais, nacionais e locais na preparação de planos de resposta à eventos de saúde pública no setor de aviação civil em conformidade com as diretrizes da OMS presentes no documento *International Health Regulations (IHR - 2005)*.

Assim, foi apresentada a composição proposta para a Comissão Local de Segurança Sanitária (CLSS), baseada na recomendação do CAPSCA, a forma esperada de atuação dessa comissão e a proposta de instalação da primeira CLSS no aeroporto de Guarulhos como projeto piloto, corroborando a proposta feita pelo próprio aeroporto em reunião anterior à Conaero. Assim, registra-se a recomendação da Conaero pela instauração de uma CLSS.

Vale ressaltar o comentário do representante da Anvisa, Norberto Campos, de que, apesar da importância da proposta, atualmente existem planos de contingência para eventos de saúde pública nacionais e internacionais. Além disso, as questões envolvidas nesse tipo de evento estão previstas nos regulamentos da Anvisa, pactuados com as autoridades locais

(Estados e Municípios) e em cada aeroporto. Assim, as comissões locais trarão uma institucionalização aos regulamentos, além de fortalecer a aplicação dessas normas.

O Secretário Ronei corroborou com o comentário da Anvisa e passou ao próximo assunto.

3.3. Apresentação sobre os impactos do Covid-19 no Setor Aéreo;

A Diretora Fabiana apresentou os dados da evolução da retomada da aviação comercial, destacando as variações dos quantitativos observados em voos da malha doméstica, da malha internacional e voos totais (doméstico e internacional), numa comparação com os patamares observados em 2019. Apresentou ainda os resultados obtidos das pesquisas aplicadas pela IATA em 11 países (Austrália, Canadá, Chile, França, Alemanha, Índia, Japão, Singapura, Emirados Árabes, Reino Unido, Estados Unidos), nos meses de fevereiro, março e junho de 2020, em relação ao “Tempo para voltar a viajar, após o anúncio de uma possível contenção da pandemia de COVID-19”. A pesquisa mostrou que a maioria dos entrevistados voltaria a voar entre 1 e 2 meses após o anúncio dessa contenção.

Por fim, demonstrou projeções de 3 cenários de recuperação da aviação nos próximos meses.

3.4. Apresentação da Pesquisa de opinião dos Passageiros sobre Covid-19;

Em seguida, o Secretário Ronei informou da divulgação da Pesquisa de opinião dos Passageiros sobre Covid-19, aplicada pela SAC no mês de agosto, buscando obter a visão do viajante brasileiro sobre a Covid-19 e as medidas para reduzir o risco biológico no transporte aéreo. Também falou do trabalho de aplicação de uma pesquisa no Brasil utilizando a metodologia da *International Air Transport Association* (IATA), para que o Brasil possa ser incluído em uma possível comparação internacional com 11 países, realizada por aquela associação.

Dessa forma, a Diretora Fabiana apresentou alguns destaques da pesquisa da SAC. A pesquisa foi realizada via e-mail e por ligações telefônicas. Apesar do baixo índice de retorno, ainda obteve 1.042 respostas, sendo 589 por telefone e 453 via e-mail. Destaques para a intenção maior do brasileiro em voltar a voar o mais rápido possível em relação aos dados de intenção internacionais e alta sensibilidade do brasileiro em relação ao preço, visto que, dentre aqueles que não possuíam planos de viagem nos próximos meses (38,2%), mais de 45% respondeu que poderia pensar em viajar se houvesse redução no valor das passagens. Soma-se a isso o crescimento do uso de tecnologia na realização de check-in, diminuindo assim o contato

pessoal no balcão da cia aérea e a sensação de insegurança em relação à contaminação por Covid-19 no transporte aéreo, expressa por 47,5% dos entrevistados.

Apesar da sensação de insegurança, 53,1% acham que estão sendo adotadas medidas eficientes para evitar contaminação no transporte aéreo no Brasil e 62,5% acreditam que o transporte aéreo ainda é mais seguro que o rodoviário (ônibus).

3.5. Implementação de procedimentos sanitários nos voos internacionais com destino ao Brasil - VIGIAGRO;

Na sequência, foi realizada apresentação pelo representante do Ministério da Agricultura, Jorge Caetano, sobre a implementação de procedimentos sanitários nos voos internacionais com destino ao Brasil, no que tange ao combate à disseminação da peste suína africana. Destacou que, apesar de ser uma doença que não acomete o ser humano, pode causar grandes prejuízos econômicos se disseminada na cultura de suínos. Conforme análise de risco construída pelo Vigiagro, em se tratando de aviação civil, as principais preocupações apontadas foram sobre resíduos de alimentos contaminados a bordo de aeronaves e importação de produtos proibidos, principalmente de origem animal, nas bagagens acompanhadas.

Dessa forma, foi solicitado, como medida de prevenção, uma descarte adequado (tratamento térmico) de resíduos alimentares de aeronaves provenientes de países com ocorrência da peste suína africana e intensificação das inspeções nos aeroportos internacionais no tocante aos produtos e itens de origem animal, seja para consumo ou não, principalmente na região do eixo Rio-São Paulo, área identificada como de maior incidência desse tipo de importação ilegal. Apresentou ainda o pleito do MAPA endereçado, via ofício, à SAC, no sentido de proibir alimentos de risco (salames, copa de cura curta) nos voos internacionais com destino ao Brasil e discussão, no âmbito da Conaero, sobre a possibilidade de retorno da utilização de incineradores nos aeroportos.

Por último, o senhor Fábio Florêncio, também do MAPA, reafirmou a preocupação com os esforços para impedir o ingresso dessa doença pelos aeroportos, solicitou o apoio da Conaero quanto a divulgação, nas áreas internacionais dos aeroportos, de material elaborado pelo Vigiagro sobre o tema e quanto a presença do Vigiagro na seleção de passageiros internacionais, para a verificação dos aspectos agropecuários/sanitários das bagagens, o que tem relação direta com a implementação do projeto SISBRAIP, apresentado na 30ª Conaero.

3.6. Status Lista de Aeroportos Internacionais;

Em seguida, a Diretora Fabiana trouxe o contexto do trabalho sobre a lista de aeroportos brasileiros que comporão oficialmente a lista de aeroportos internacionais do país, ou seja, aeroportos que atendam a todos os requisitos para atuação dos órgãos de controle de fronteira. Ela passou a palavra ao representante da Infraero, Paulo Cavalcante, para maiores detalhes sobre o status dos aeroportos que ainda apresentam pendências.

O senhor Paulo Cavalcante então apresentou quatro aeroportos da lista, marcados como alternados técnicos, a saber, aeroportos dos municípios de Porto Velho (SBPV), Santarém (SBSN), Palmas (SBPJ) e Rio Branco (SBRB), que tem pendências quanto ao alfandegamento. A Infraero tem promovido reuniões com os representantes da Receita Federal desses aeroportos para sanar essas pendências. No caso de Porto Velho, o representante da Receita local entendeu que poderia dar andamento ao processo de alfandegamento, seguindo o mesmo modelo aplicado na internacionalização do aeroporto de Goiânia e com isso encaminhar o caso com parecer favorável ao alfandegamento. Contudo, o processo ainda está sob avaliação. Nos casos de Santarém e Rio Branco, o processo de alfandegamento teve andamento e conforme entendimentos das últimas reuniões, serão encaminhados pareceres favoráveis à delegacia regional responsável por esses aeroportos, a saber, a regional de Belém. Finalmente, no caso de Palmas, em reunião realizada com a Infraero no dia 17 de setembro, a Receita local informou que fará nova avaliação, buscando uma manifestação favorável ao pleito.

Em seguida, o Secretário Ronei explicou a importância do estabelecimento desses aeroportos como alternados técnicos na ampliação da quantidade de voos internacionais, partindo e chegando ao Brasil, e passou a palavra ao representante da Receita, Dario Brayner. O senhor Dario destacou que, para a Receita, internacionalização e alfandegamento são processos distintos, sendo que o primeiro ocorre em âmbito centralizado em Brasília e o segundo em âmbito local e regional, de acordo com legislação própria. Contudo, reiterou que não há nenhuma objeção do órgão quanto a internacionalização desses quatro aeroportos e que está acompanhando os processos relacionados ao alfandegamento.

3.7. Apresentação do Projeto Embarque Seguro

Conduzindo esse tema, o Coordenador-Geral, Paulo Possas, fez uma breve explanação sobre o projeto em si, ressaltando a importância do uso da biometria, foco do projeto, nos processos aeroportuários, inclusive por ser recomendação do *Council Aviation Recovery Taskforce* (CART) da OACI, e solicitou apoio da Conaero ao projeto. Manifestando seu apoio ao projeto e ao uso de tecnologia nos aeroportos, principalmente por serem fatores de

recuperação do setor de aviação frente aos impactos da pandemia, o Secretário Ronei, propôs que constasse em ata o total apoio dessa Comissão ao Projeto Embarque Seguro.

4. EXTRAPAUTA

Por último, a Diretora Fabiana fez o seguinte informe:

4.1. Erro! Fonte de referência não encontrada.

A SAC, em conjunto com a OACI, está viabilizando 3 cursos aos órgãos públicos, a saber:

Curso	Modo	Carga Horária	Vagas	Data Prevista	
ICAO Annex 9 - Facilitation	5 dias Virtual Classroom	6 h/d (30 horas)	5	TBD	PF, RFB, VIGIAGRO, ANVISA, DECEA
COVID-19 Aviation Safety Risk Management for CAAs	1 dia Virtual Classroom	6 horas	5	TBD	ANVISA (2), VIGIAGRO, PF, RFB
Public Health Corridor	Online	2 horas	5	TBD Sept a Nov 2020	ANIVSA (2), PF, RFB, VIGIAGRO

Será enviado e-mail aos órgãos, por meio do CTFAL, para que indiquem seus servidores, caso haja interesse em participar dos cursos citados.

5. ENCERRAMENTO

Não havendo mais assuntos a tratar, o Secretário Nacional de Aviação Civil e Secretário Executivo da Conaero, Ronei Glanzmann, agradeceu a presença de todos e deu a reunião por encerrada.